



12  
/

221

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 141140-7/01**

**AGRAVANTE:** CILENE BATISTA DA SILVA

**AGRAVADO:** ROSANE MARIA DOS SANTOS E OUTRO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1. Consta-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento a Recurso de Apelação.

2. A mera repetição dos enredos outrora analisados, sem fato novo relevante associado a simples rediscussão da matéria, foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peças anteriores, manifesta-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

3. Decisões dos tribunais pátrios, inclusive, vêm afirmando acerca da possibilidade da divisão da pensão quando ocorre a simultaneidade de convivência.

4. Recurso conhecido e Improvido - À Unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 141140-7/01, figurando como agravante a Sra. CILENE BATISTA DA SILVA e como agravados ROSANE MARIA DOS SANTOS E OUTRO; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18 de

*João Bosco Gouveia de Melo*  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator / Presidente



13  
242

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**RECURSO DE AGRAVO Nº 141140-7/01**  
**AGRAVANTE:** CILENE BATISTA DA SILVA  
**AGRAVADO:** ROSANE MARIA DOS SANTOS E OUTRO  
**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

### RELATÓRIO

CILENE BATISTA DA SILVA ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada na Apelação Cível de nº 141140-7, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento, por entendê-lo manifestamente improcedente, e manteve todos os termos e jurídicos fundamentos da sentença hostilizada.

Aduziu o Agravante que o texto constitucional assegura aos litigantes o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, requereu a Agravante o provimento do presente agravo, a fim de que seja reformada a decisão agravada, no sentido de que *"sejam excluídos os filhos dos mesmos com os 50% aquinhoados, dividindo-se entre as companheiras o valor da pensão pertinente ao falecido"*.

É o relatório.

Recife, 18 de agosto de 2010

  
**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



14  
223

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 141140-7/01**  
**AGRAVANTE:** CILENE BATISTA DA SILVA  
**AGRAVADO:** ROSANE MARIA DOS SANTOS E OUTRO  
**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

CILENE BATISTA DA SILVA ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada na Apelação Cível de nº 141140-7, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento, por entendê-lo manifestamente improcedente, e manteve todos os termos e jurídicos fundamentos da sentença hostilizada.

Aduziu o Agravante que o texto constitucional assegura aos litigantes o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, requereu a Agravante o provimento do presente agravo, a fim de que seja reformada a decisão agravada, no sentido de que "*sejam excluídos os filhos dos mesmos com os 50% aquinhoados, dividindo-se entre as companheiras o valor da pensão pertinente ao falecido*".

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

*Qu*  
"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. RECURSO DE AGRAVO. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. AGRAVO LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à rediscussão da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

*jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria, não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste recurso. Agravo legal que se nega provimento à unanimidade de votos".*

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo.

Apenas por amor ao debate, volto a expor os termos da decisão terminativa monocrática atacada.

A agravante interpôs Recurso de Apelação, onde alegou ser beneficiária única do objeto da presente lide.

Na decisão monocrática atacada, expus que não mereciam guarida as alegações da apelante. Houve constatação de que houve união estável entre a apelada e o Sr. Valdomiro da Silva. A leitura das peças apresentadas e das provas testemunhais colacionadas levou à conclusão do relacionamento estável e público mantido entre eles. A unidade familiar se constatou, inclusive, pelo fato do ex-servidor ter dois filhos com a demandante, conforme documentos de fls. 11 e 12.

Desta forma, entendi que caberia o pagamento do benefício pleiteado pela autora. Decisões dos tribunais pátrios, inclusive, vêm afirmando acerca da possibilidade da divisão da pensão quando ocorre a simultaneidade de convivência.

Nesta esteira, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça Local encontra-se sedimentada quanto ao rateio da pensão por morte entre os beneficiários, conforme se depreende do *decisum* abaixo transcrito:

*Ementa CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. 1. Pensão. Companhia. Pagamento negado pelo órgão previdenciário estadual. Competência da Vara da Fazenda Pública. Preliminar de incompetência material rejeitada. 2. Pretensão de recebimento percentual de pensão por morte de servidor público estadual. Via eleita que se entende por adequada. Preliminar de falta de interesse não acolhida. 3. Mérito. A convivência simultânea do falecido servidor estadual com sua esposa e companheira por mais de trinta anos consecutivos implica na razoável fixação de seu pensionamento em frações iguais para cada uma de suas conviventes. Precedentes citados. 4. Reexame de ofício improvido. Apelos prejudicados.*  
(Apelação Cível, Número do Acórdão 85884-0, Comarca Recife, Número de Origem 0000118916, Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto,



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Revisor Antônio Camarotti, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 18/5/2006, Publicação 166)(grifos acrescidos)

O Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou no mesmo sentido, conforme se verifica nos julgados reproduzidos a seguir:

**DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MILITAR. PENSÃO. COMPANHEIRA. DESIGNAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. UNIÃO ESTÁVEL COMPROVADA. RATEIO COM EX-CÔNJUGE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.**

1. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento firmado no sentido de que 50% da pensão por morte de militar é devida aos filhos e a outra metade deve ser dividida entre a ex-esposa e a companheira, não havendo falar em ordem de preferência entre elas.

2. Nos casos em que estiver devidamente comprovada a união estável, a ausência de designação prévia de companheira como beneficiária não constitui óbice à concessão de pensão vitalícia. Precedentes. (grifos acrescidos)

3. Reconhecida a união estável com base no contexto probatório trazido aos autos, é vedada, em sede de recurso especial, a reforma do julgado, sob pena de afronta à Súmula 7/STJ.

4. Recurso especial conhecido e improvido.

(REsp 856.757/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 02/06/2008)

**RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - PENSÃO DE MAGISTRADO FALECIDO - CONCUBINA E EX-ESPOSA - PENSÃO VITALÍCIA - DIVISÃO EM PARTES IGUAIS - RECURSO IMPROVIDO.**

1. Independentemente de a ex-esposa do servidor não ter exercido o direito à pensão alimentícia, por se tratar de direito irrenunciável, pode exercê-lo, a qualquer momento, comprovando-se a necessidade deste.

2. Se na ocasião do divórcio, além da pensão destinada às filhas solteiras, ainda, se previu 6% da remuneração do servidor falecido, para sua ex-esposa, a título de alimentos, resta manifesta a dependência econômica da ex-cônjuge e a necessidade de se dividir o percentual da pensão vitalícia com a atual concubina ou companheira.

3. Ausência de direito líquido e certo à totalidade da pensão vitalícia por parte da concubina, bem como inexistência de ilegalidade ou abuso de poder da autoridade coatora, que determinou a divisão do benefício, em partes iguais, entre a ex-cônjuge e a atual companheira.

4. Recurso improvido.

(RMS 19.274/MT, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2005, DJ 06/02/2006 p. 320)(grifos acrescidos)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCLUSÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO DECISUM. PENSÃO MILITAR. RATEIO ENTRE VIÚVA E EX-ESPOSA, OU CONCUBINA. METADE RESTANTE. PRECEDENTE.

I - Compete ao magistrado fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação tomada, tudo em respeito ao disposto no artigo 93, IX, da Carta Magna de 1988. Cumpre destacar que deve ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo decisum, como ocorre in casu.

II - Já decidiu este Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que 50% da pensão militar devem ser destinados aos filhos, sendo que, o rateio devido entre viúva e ex-esposa, ou concubina, deve ser feito dos 50% restantes, vez que possuem, essas últimas, o mesmo status legal. Precedente.

III - Agravo interno desprovido.

(AgRg no REsp 554.432/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 10/02/2004, DJ 08/03/2004 p. 323)

No pertinente ao pedido de exclusão dos filhos como beneficiários do servidor falecido, entendo que não merecem ser acolhidas as suas alegações em sede do presente recurso de agravo, posto que a matéria não foi objeto da sentença apelada, nem da Apelação Cível de nº 141140-7.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume a decisão terminativa prolatada nos autos da Apelação Cível de nº 141140-7.

Recife, 14 de Maio de 2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
- Relator -